

MARCAS TEXTUAIS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA DISPUTA IDENTITÁRIA NA ANISTIA POLÍTICA DE MILITARES NO BRASIL

David Barbosa de Oliveira¹

TEXTUAL MARKS AND CONSEQUENCES SOCIAL DISPUTE IDENTITY IN AMNESTY MILITARY POLICY IN BRAZIL

RESUMO: Este artigo trata das disputas discursivas sobre a anistia política decorrente da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), apresentando o resultado da análise de discurso sobre um corpus composto por entrevistas realizadas com militares anistiados e com militares que representam o pensamento dominante dentro das Forças Armadas (estabelecidos). Para tanto, adotamos a abordagem metodológica da Análise de Discurso Crítica de Fairclough. Temos por objetivos: analisar as identidades sociais dos militares de cada grupo (anistiados e estabelecidos); investigar, por meio de análise de discurso, a existência de marcas, dentro dos textos, que distinguem as identidades de cada grupo; e, por fim, perquirir quais as consequências dessa disputa identitária. Como resultado, apontamos quais marcas textuais diferenciam essas identidades contrapostas, bem como apontamos, como consequência dessas distinções, a existência tanto do expurgo do outro, quanto de estigmatizações de ambos os grupos.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Identidade. Texto. Estigmatização. Expurgo do Outro.

ABSTRACT: This article deals with the discursive disputes over political amnesty due to the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). This study seeks to discourse analysis on a corpus of interviews with amnestied military and military who represent the dominant thinking within the military (established). Therefore, we adopt the methodological approach of Discourse Analysis Critical Fairclough. We have goals for this article: analyze the social identities of the military in each group (amnestied and established) and how has the identity of the deposed military amnesty; understood that, investigating, through speech analysis the existence of language tags within the text, to differentiate the identities of each group; and finally study the consequences of identity struggle for hegemony of these identity. As a result, we point out which text marks differentiate these opposing identities and expose the existence of both the purge of the other, as the stigmatization of both groups.

Keywords: Discourse analysis. Identity. Text. Stigmatization. Purge the other.

¹ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto I da Universidade Federal do Ceará (UFC) e colaborador do programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS-UECE).



1 INTRODUÇÃO

Este texto descende de outras pesquisas que tratam da disputa pelo sentido da anistia militar dentro e fora do Estado. Metodologicamente, a pesquisa se apoia na análise de discurso, pelo viés da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (1992, 2003, 2010), possibilitando pôr em destaque o direcionamento ideológico dos textos, bem como a assimetria de poder entre os discursos. O *corpus* da pesquisa se consubstancia através de processos jurídicos, pareceres ministeriais e entrevistas com a sociedade civil organizada sobre a anistia militar. Aqui há destaque apenas da parte referente às entrevistas que foram realizadas com os militares que foram anistiados, bem como com militares que reproduzem o pensamento dominante nas Forças Armadas, que chamamos de estabelecidos, e possuem uma visão mais restrita da anistia. As entrevistas foram transcritas e os nomes dos entrevistados foram alterados a fim de evitar suas identificações.

O trecho que destacamos para a presente exposição, buscando ser ainda mais específicos, refere-se à análise da identidade dos militares anistiados e dos militares estabelecidos. O outro surge necessariamente da delimitação da identidade do grupo. Deste modo, a criação, pelo regime de exceção, da figura do cassado e, posteriormente, do anistiado origina e distingue os grupos analisados. Então, buscamos estabelecer as identidades dos grupos que estão vinculados direta ou indiretamente no discurso de anistia para que, a partir daí, possamos melhor compreender suas representações e a construção dos sentidos da anistia.

Assim, neste estudo, buscamos fazer análise de discurso crítica (FAIRCLOUGH, 1992, 2003, 2010), objetivando analisar as identidades sociais dos militares, identificando as marcas textuais que os distinguem e, por fim, perquirir as consequências da disputa pela hegemonia identitária desses grupos.

Como resultado, encontramos as marcas textuais que diferenciam essas identidades contrapostas, bem como as tensões dialógicas e as disputas de poder presentes nos textos das entrevistas. Além disso, também trazemos a lume reflexões sobre as consequências sociais na utilização da identidade, pelos estabelecidos ou pelos anistiados, que findam por gerar o expurgo do outro (THOMPSON, 2011) e/ou estigmatizações dos grupos (ELIAS e SCOTSON, 2000).

2 O SURGIMENTO DA IDENTIDADE DO ANISTIADO

A anistia política, no Brasil, é disputada por duas correntes ideológicas distintas, representadas pelos militares anistiados e pelos militares estabelecidos. Essas duas correntes perpetuam o discurso dos grupos que se contrapuseram, durante o debate legislativo, na aprovação dos instrumentos normativos de anistia: o grupo que foi perseguido durante o regime de exceção e anistiado a partir de 1979, bem como os apoiadores do golpe. Essas correntes ideológicas realizam práticas e reproduzem discursos que constroem sentidos diversos para a anistia.

O conhecimento dessas identidades e representações nos permite compreender seus discursos e as implicações destes em outras esferas da sociedade. Isso significa dizer que práticas, estruturas e discursos são dialeticamente reproduzidos ou transformados a partir destes discursos, pois, na teoria faicloughiana, o discurso não se fecha em sistemas autorreferentes, mas se abre e se subdetermina por outros discursos. Assim, os discursos e práticas dentro do Ministério da Justiça, na Comissão de Anistia, e dentro do Ministério da Defesa, são fomentados pela mesma base de representações e identidades dos grupos analisados, daí a importância desta compreensão.

Antes de continuar, entretanto, urge determinar que as identidades, antes de qualquer coisa, resultam de atos de criação linguística. Desse modo, consoante a opinião de Silva (2009), não são elementos da natureza, não são essenciais, não são “em si”, esperando serem revelados, descobertos, respeitados ou tolerados, porquanto, em

realidade, as identidades são criadas no contexto das relações culturais e sociais. Essa ideia de uma identidade cambiante afasta-se, como raciocina Larraín (2001), do conceito lógico da não contradição (princípio ontológico de identidade) e filosófico da *mismidad* individual. Para ele, as identidades são uma elaboração linguística e, como tal, são tão indeterminadas e instáveis quanto à própria linguagem da qual as pessoas dependem para narrar sua biografia.

Giddens, que baliza os autores na referenciação desse debate, sustenta que “a identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento nem – por mais importante que seja – nas reações dos outros, mas na capacidade de se manter em andamento uma narrativa particular” (2002, p. 55-56); ou seja, decorre da capacidade pessoal do agente em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua história, devendo continuamente integrar eventos que ocorrem no mundo exterior e classificá-los na história em formulação do eu. Desse modo, ao contrário do que possa parecer, o eu não é uma entidade passiva, determinada apenas pelas influências externas, havendo contribuição das pessoas sobre as influências sociais. Segundo Giddens, “o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (2002, p.37).

A identidade, para Fairclough (2003), não é reduzida à identidade social e a seu processo textual, discursivo, havendo a formação da autoconsciência que posiciona arbitrariamente o sujeito dentro de uma língua e de um contexto social específico, sendo, em verdade, uma condição prévia do processo de construção da identidade social, estando nela incluída a identificação no discurso, no texto. As identidades podem ser percebidas pelas modalizações e pelos valores encontrados nos textos. As modalizações são afetas aos problemas de comprometimento com as assertivas e, entende Fairclough que “o autocomprometimento é uma importante parte do que se é, sendo as posições modais escolhidas parte do processo de auto identidade” (2003, p. 166). As modalidades são percebidas ante o comprometimento da pessoa em questões que envolvem necessidade

ou verdade, podendo ser alto (certamente), médio (provavelmente) ou baixo (possivelmente). As identidades também podem ser percebidas nos textos por meio dos valores mostrados ou pressupostos, como bom/mau, desejável/indesejável, etc. Esse processo possibilita sempre o retorno às “verdades”, impondo uma revisão do lugar em que o indivíduo se encontra. Ante esses pressupostos, buscamos, nesta seção, mediante as entrevistas realizadas com militares, observar como suas falas constroem a identidade e as representações dessa identidade, tanto dos militares apoiadores do golpe de 1964, quanto dos castrenses anistiados.

É importante, ainda, dizer que as identidades cambiam histórica e socialmente, não sendo uma pura arbitrariedade como pode aparentar. O militar que não foi cassado, por exemplo, no golpe de 1964, passa a aglutinar, em seu entorno, a exclusividade da identidade militar, pois os demais foram excluídos dessa identidade. Ela passa a ser considerada a identidade militar, porquanto os militares cassados deixam de ser considerados como tal e, mesmo que venham a ser futuramente reinseridos na caserna, serão identificados como anistiados e não, simplesmente, militares. O acesso ao poder do grupo americanófilo possibilitou seccionar o campo militar, antes em disputa, em um terreno exclusivo dos militares ligados à Escola Superior de Guerra. A identidade dos militares que permaneceram nas Forças Armadas, conforme aponta Castells (2002), busca racionalizar sua dominação identitária, expandindo seus valores e crenças por meio de suas escolas de formação e na prática diária de doutrinação dos subordinados, como sustenta o Coronel Gustavo, acentuando que os militares são:

[...] uns democratas liberais, nós somos pela democracia liberal. Nós não queremos nenhum regime, fasci-histórica, “ah, o militar é fascista”. Porra, se nós lutamos contra o fascismo na Itália, rapaz. Eu não. Os meus ante... Quando eu falo os nossos antepassados eu falo nós, entendeu? Porque nós incorporamos o... O cara: “ah, o Exército de ontem”. (...) “O Exército de ontem, não é o Exército de hoje”. Meu irmão, o Exército de hoje carrega toda aquela tradição que é cultivada dia-a-dia no quartel. (...) Aí o cara “ah vamos mudar o currículo das escolas”. Não adianta mudar meu irmão. Como é que tu vai abrir a cabeça do cara pra botar... Não abre e não entra, entendeu? Vai continuar o nosso pensamento hegemônico.

Fala o Coronel Gustavo em nome de todos os militares, dando a entender que todo militar é democrata, liberal, antifacista. Diz também que essa identidade permanecerá a mesma, pois “o Exército de hoje carrega toda aquela tradição que é cultivada dia-a-dia no quartel”, de modo que não se pode dizer que “o Exército de ontem, não é o Exército de hoje”, tanto que os feitos do passado são relatados como se fossem do próprio Coronel Gustavo: “Quando eu falo os nossos antepassados eu falo nós, entendeu?” Apresenta ele a identidade militar paradigma, ante a qual qualquer outra é apresentada como uma identidade faltante, incompleta, contingente. A afirmação de que a continuidade identitária transgeracional, “cultivada no dia a dia no quartel”, também defende o fortalecimento da identidade militar dominante.

Apenas com as primeiras cassações, estabelece-se a identidade, não dos militares anistiados, mas dos cassados. Essa identidade, segundo Castells (2002), decorre de grupos ou atores que se encontram em posição/condição desvalorizada e/ou estigmatizada pela lógica da dominação, elaborando estratégias de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes ou mesmo opostos aos que permeiam as instituições sociais. Nesse sentido, o Coronel Anistiado Bruno relata o começo da organização dos militares cassados, relatando a resistência ante a opressão militar, assinalando:

então eu fui trabalhar num grupo que se dedicou a buscar advogados para os atingidos pelos atos institucionais, nessa parte de [inaudível]. E daí, depois se criou/é antes, da Terezinha Zerbinni ter criado o movimento da anistia/ já os militares tinham sido anistiados no Rio de Janeiro. Esse recrutamento criou a Associação de Auxílio aos Militares Atingidos pelos Atos Institucionais. Era uma coisa focada na questão dos militares, apoio jurídico e financeiro [inaudível] essas coisas, e eu fui trabalhar [inaudível] com advogados (...). Depois, nós criamos, o professor Mário Soares cria então, o Partido Socialista, o movimento de apoio aos atingidos pelo Ato Institucional, quer dizer, muito específicos militares de [inaudível], aos atingidos civis, depois vem a Teresinha Zerbinni, que criou o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, mais ou menos essas questões não se dão. No Rio de Janeiro, passado algum tempo, os militares, os oficiais criaram alguns oficiais, criamos, que eu também participei, a AMIC, Associação dos Militares Cassados, que depois virou ADNAM, Associação Democrática e Nacionalista de Militares.

Desde então, os excluídos das Forças Armadas se aglutinam em torno de associações e comunidades, a fim de lutar por direitos dos militares cassados, na busca por trabalho e oportunidades sociais. É toda uma rede de apoio às pessoas que se encontram em situação semelhante, aumentando suas afinidades e possibilitando estratégias de mudança do quadro social e político. As associações vão se substituindo ou se aglomerando na luta pelos direitos dos cassados. Essa identidade forma as comunidades que desenvolvem resistência coletiva diante de uma opressão, buscando reverter os valores identitários em disputa. Daí se encontrar tantas referências a “movimento” e “associação”.

A identidade do anistiado, entretanto, só surge como decorrência dos movimentos sociais e dos grupos alinhados à identidade de resistência que criam uma identidade de projeto na busca de alterar valores sociais. A identidade de projeto, segundo Castells (2002), produz sujeitos, pessoas com desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, ampliando a identidade oprimida, desejando transformar a sociedade. O Capitão Dimas, do grupo dos anistiados, retrata a realização desse projeto na luta contínua pela anistia, dizendo:

então a gente trabalhou para que saísse essa anistia pernetá, nossa ideia era outra, e saiu uma primeira lei 6.683, em agosto de 79, que foi pessimamente cumprida, foi distorcidamente cumprida. Aos golpistas, aos que derrubaram o governo, aos que rasgaram as instituições, plenamente anistiado, não responderam processo, não responderam a nada, não foram condenados, quer dizer quem matou, torturou, está anistiado e acabou. Chegou a coronel e general, agora quem tinha sido punido em 79, 80, voltou para o posto ou graduação que tinha em 64. Eu era segundo-tenente em 64, eu em 80 eu tive devolvido o segundo-tenente de 15 anos atrás. 16 anos atrás. Então tu vê a distorção da lei, não é? Mas a gente continuou dentro do Congresso, conseguimos aquela emenda 26 em 85. A emenda 26 mandou colocar os perseguidos, os punidos políticos no posto em que deveriam estar relativo aos seus companheiros. A minha turma toda era capitão, então, eu administrativamente fui para capitão. Eu estou aí em função desse pessoal, eu estou anistiado plenamente desde 85. Não desde 86, outubro de 85 com a emenda 26. Em 86, 29 de abril, me deram o que eu tinha, quer dizer eu fui equiparado a quem ficou. Bom, mas como aos graduados, sargentos, suboficiais, tenentes, as Forças Armadas não deram tudo, só deram até subtenente. Quer dizer, os companheiros eram tenentes, subtenentes, capitão, não reconheceram e alguns até mais. Dependendo do quadro, há diferentes

quadros nas Forças Armadas, né? E aí a gente continuou na Câmara, pra na Constituinte conseguir o artigo 8º do ADCT reiterando o artigo 8º emenda da Constituinte, da constituição de 88, que é a repetição do artigo 4º da emenda 26, com alguma abertura, um pouquinho ampliada. Atingiu o pessoal de 35, gente punida por coisas de outros tempos. Então teve uma ampliação, só que continua sendo aplicado da mesma maneira que as leis anteriores, a gente na caserna/ nas Forças Armadas, não reconheciam certas progressões de carreira, embora o artigo tal mandasse. Passou 88, veio 89, 90, muita gente entrou na justiça, mas a gente continuou trabalhando no Congresso e, até que fim, conseguimos em 2001 essa lei que está aí a 10.559 que regulamenta o artigo 8º. (...) Mas para que essa lei 10559 fosse plenamente cumprida, que é o quarto instrumento anistiante, os perseguidos, anistiados, quem destruiu as instituições esses nunca tiveram problemas. Então, eles estão sendo anistiados agora em 2004, 2006, mas como vigência 88.

As frases “então a gente trabalhou para que saísse essa anistia pernetá, nossa ideia era outra, e saiu uma primeira lei 6.683, em agosto de 79”, “a gente continuou dentro do Congresso, conseguimos aquela emenda 26 em 85”, “e aí a gente continuou na Câmara, pra na Constituinte conseguir o artigo 8º do ADCT” e, por fim, “mas a gente continuou trabalhando no Congresso e, até que fim, conseguimos em 2001 essa lei que está aí a 10.559” demonstram a luta dos militares cassados e anistiados por mais de 22 anos. Esse movimento de identidade, em torno da realização da anistia, foi responsável pelos documentos legislativos de anistia, alterando a agenda política e passando a disputar novamente o campo ideológico militar, mesmo que apenas na reserva. A identidade do anistiado busca redefinir as posições identitárias na sociedade, fomentando a ampliação de seus direitos e a pluralidade democrática.

Essa identificação dos anistiados com um determinado projeto político e de mundo é perceptível não apenas nas suas falas, mas também na sua atitude durante a entrevista. Nesse sentido, cabe explicar que, nesta pesquisa, seguindo as regras do Conselho de Ética da Universidade Federal do Ceará, nenhum dos entrevistados teve seu nome verdadeiro identificado, havendo em seu lugar codinomes. Por mais de uma vez, isso foi questionado pelos anistiados, insistindo que desejavam a referência, em nosso texto, aos seus nomes

reais. O mesmo não se deu com os demais entrevistados que se sentiram confortáveis com o anonimato. Isso demarca claramente a vinculação dos anistiados à sua identidade.

Esse posicionamento dos militares anistiados também é percebido quando suas patentes militares não são respeitadas pela corporação ou por outros oficiais. Três dos entrevistados reagiram combativamente, exigindo dos outros oficiais o respeito à patente, em virtude de, em fichários médicos, em carta oficial ao Ministério da Defesa ou no guichê de inativos e pensionistas das Forças Armadas, suas patentes não terem sido mencionadas ou ter se utilizado do termo genérico anistiado político. A reclamação vigorosa não é pelo simples cumprimento das formalidades regulamentares, mas porque suprimir a patente significa realizar uma distinção social, quer dizer apontar uma vida perseguida e estigmatizada.

Essa distinção pela identidade tem como consequência as operações de incluir e excluir, demarcando o espaço dos que possuem direitos dos que não têm “direito” a ter direitos, entre quem conseguiu construir uma carreira e quem foi impedido de o fazer. No próximo segmento, abordaremos com mais afinco as marcas textuais de identidade dos militares em seus enunciados.

3 MARCAS TEXTUAIS DA IDENTIDADE DOS MILITARES

A identidade é precipuamente marcada pela diferença, portanto, é preciso distinguir para poder classificá-la. Desse modo, podemos perceber que, no campo analisado, há dois grupos que se excluem: os militares não cassados que defendem o golpe de 1964 (podendo se perceber, aqui, pelo princípio da diferença, que há militares não cassados que não apoiam o golpe de 1964) e os militares que foram cassados e anistiados (do qual inferimos, pelo mesmo princípio, que há militares cassados que não foram anistiados). A determinação de uma característica exclui um conjunto de inúmeras outras, restringindo um modo de ser e de se organizar em torno dessa característica. O militar anistiado Alberto aclara isso, ao registrar que “aqueles que não eram lacerdistas, como eu,

aqueles que não eram nacionalistas como eu, aqueles que não eram nada disso, era comunista. Ou era lacerdista ou era comunista, ou era nacionalista ou se não era nacionalista era comunista, pô, então eu sou comunista”.

Essa distinção é determinada por relações de poder. Uma das marcas que evidenciam identidades contrapostas é percebida como oposição, nas entrevistas, entre os termos “nós” e “eles” ou outros equivalentes. Isso fica evidenciado quando os militares cassados, ou não, falam sobre o seu (ou o outro) grupo, como assevera o Capitão Alberto, senão vejamos:

[...] você não sabe que são os anistiados torturadores. Eles não dizem quem são. Nós, eles sabem. Isso tá em tudo que é lista, aqui olha [pausa]. Nós estamos lutando por isso, denunciando, porra. Nós fomos os primeiros a nos postar contra... o Estado de Exceção. O golpe militar [grifos nossos].

Essa oposição aparece em todas as entrevistas deixando claro que a identificação em torno de um grupo e de suas características exclui ou já pressupõe uma outra identidade. Elas não são estabelecidas e convivem harmoniosamente, lado a lado, elas são disputadas. Conforme defende Silva, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (2009, p. 81). Destarte, é estabelecido, pelo princípio da diferença, a divisão da sociedade em ao menos dois grupos opostos: o nós e o eles.

Contudo, é válido anotar que essa contraposição pode se dar com a utilização de outros pronomes. É o que vemos, em outra entrevista, agora com o Coronel Gustavo, pela utilização do pronome “vocês”. Antes de utilizar esse pronome, o Coronel afirma não saber qual a posição ideológica do entrevistador, mesmo assim tece comentários negativos sobre a esquerda, chegando a afirmar que ela é nojenta. Mais à frente, ao falar sobre a guerrilha urbana no regime de exceção e pontuar que houve um empate técnico em número de mortos, enuncia:

vamos chorar seus mortos, chorem, tudo bem. Vamos chorar nossos mortos, mas não vamos... Não teve a anistia? Nós vamos ficar na nossa. Vocês ficam lá chorando lá os seus mortos. Agora não vem dizer que esses aqui são os demônios

não e que vocês são os santos não. Esse aqui era um demônio também, esse aqui... Esses caras aqui também eram um demônio também pra vocês. Então, essa é a questão aí rapaz [grifos nossos].

Ao contrário dos demais entrevistados, o Coronel Gustavo inclui o entrevistador junto ao grupo que ele, até então, rechaçava como revanchista e propagador de um discurso de ódio comunista, nojento. Sua fala posicionou entrevistado e entrevistador em polos contrários, mesmo não havendo por parte do entrevistador uma oposição explícita na questão. Essa sua fala situou o seu interlocutor, em alguns momentos da entrevista, como uma identidade que disputa espaços de poder com a ideologia hegemônica estabelecida, com os militares anistiados.

Além disso, sua fala expõe ainda mais a separação identitária entre os dois grupos, posto que ao afirmar “vamos chorar seus mortos, chorem, tudo bem”, começa a frase dando a entender que a anistia superou as diferenças, que os fatos foram esquecidos, propondo chorar junto com os anistiados seus mortos, mas, antes de concluir a frase, muda seu sentido e arremata, excluindo-se do luto: “chorem, tudo bem” (chorem vocês). Depois continua, “não teve a anistia? Nós vamos ficar na nossa. Vocês ficam lá, chorando lá os seus mortos”, evidenciando que anistia é “ficar na sua”, não interferir no luto do outro. Essa enunciação evidencia que os dois lados estão bem distintos, que a anistia não fechou feridas nem apaziguou a sociedade, que os mortos são de cada lado e não da sociedade, que não houve esquecimento do passado e superação das diferenças.

Outro ponto relevante, nesse trecho, é a ambivalência da metáfora utilizada pelo Coronel, ao falar de santos e demônios em vez de pessoas boas e más. O uso desses termos por esse militar indica também um distanciamento da ideia de bem (santo) como *summum bonum*, ou seja, ausência de mal pela presença do bem, como se bem e mal (santos e demônios) fossem imiscíveis. Em realidade, sua representação se aproxima da ideia de que essas polaridades, como afirma Jung (1988), são pares opostos que se pressupõem, de modo que ao falar “não vem dizer que esses aqui são os demônios, não. E

que vocês são os santos, não. Esse aqui era um demônio também, esse aqui... Esses caras aqui também eram um demônio também pra vocês”, o Coronel reafirma que são polaridades dentro de um mesmo grupo. Em um mesmo grupo há santos e demônios. Destarte, ele se refere às metáforas “santos e demônios” em relação aos dois grupos, transcendendo o princípio da diferença, as posições identitárias, pois, em vez de nomear as características diferentes do outro grupo e, então, posicionar-se, o Coronel relativiza essas posições, de modo que, a depender de onde se fala, o outro será o demônio ou o santo. As normas de identidade, em regra, não permitem transgressão, daí o destaque para a fala do Coronel. Contudo, a relativização dada pela utilização da metáfora “santos e demônios” não consegue afastar que, a partir dos enunciados explorados, necessariamente encontraremos os posicionamentos assumidos pelos agentes, assim como seus direcionamentos ideológicos. O sentido do enunciado é dado no caso concreto, sendo restringido pela posição ideológica do sujeito

Assim, as falas destacadas atestam como se estabelecem os jogos identitários de exclusão e inclusão e reforçam que a visão clássica de pensar a anistia como esquecimento, não resolve os problemas sociais na transição do regime autoritário ao democrático. Essas marcas destacadas, além de delimitar as posições identitárias, de identificar quais representações cada grupo construirá, de indicar o direcionamento ideológico do sentido da anistia por cada identidade, possibilita perceber, como se verá no tópico a seguir, as consequências sociais dessa distinção.

4 IDENTIDADE E ESTIGMA SOCIAL DOS MILITARES

Percebida as estratégias linguísticas de fortalecimento identitário, nos voltamos agora para as consequências negativas que as identidades minoritárias podem enfrentar em razão do discurso hegemônico que a sociedade acolhe em determinado momento histórico. São duas as consequências que identificamos na disputa discursiva dos anistiados: o expurgo do outro e a estigmatização.

O expurgo do outro é, para Thompson (2011), a estratégia de criar um inimigo, interno ou externo, alguém passa a ser identificado como mau, perigoso, ameaçador e contra o qual as pessoas são chamadas a resistir coletivamente. Essa elaboração imagética de um grupo que tem que ser expurgado, no caso dos anistiados, redundou em sua estigmatização. O olhar do outro que completa nossa identidade pode também representar um grupo por meio de estigmas que reduzem a complexidade da construção do “eu”, no discurso.

Há falas de militares anistiados, como o Capitão Alberto, que exprimem estigmas, haja vista que para ele: “nós estamos egressos, nós somos egressos de um campo de concentração nazista. Porque os judeus quando saíram de Auschwitz e semelhantes, saíram marcados, mas não tão marcados, Mas... Marcados na pele, mas estamos marcados”. Elias e Scotson (2000) afirmam que um grupo dominante, os estabelecidos, só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado, *outsiders*, é excluído. Outra representação de estigmatização pelos militares anistiados políticos é percebida na enunciação do Capitão Dimas, pois para ele:

por um lado, o pensamento dominante nos comandos dos generais, então aí formados dentro da ditadura, é que o anistiado é uma segunda categoria. Nós fazemos parte de um gueto. Nós somos um gueto, à parte. Vai lá e diz que é anistiado é isso aqui, tá. Então temos um tratamento diferenciado, eu sempre briguei muito, ali na defesa e lá no comando do Exército, eu sou atrevido, sabe, sou atrevido. (...) Mas a gente briga por isso, e além disso, tinha o seguinte, punido político era comunista. Comunista come criança assada, tá. E costelinha de bebê ensopado, então comunista é um bicho desprezível. Esse bicho desprezível, nós ainda somos olhados hoje. Então houve uma época em que havia em certas repartições militares inclusive um setor especial para tratar o anistiado.

Assim, para os anistiados, eles são marcados, são tratados como uma segunda categoria de militar. Mais do que isso assinala Dimas: “Nós fazemos parte de um gueto. Nós somos um gueto, à parte”, indicando com isso que a questão não é fazer parte do gueto, ser mais um do gueto, é ser o próprio gueto. Não é ser alocado longe dos olhos da

sociedade, mas ser o local para onde se destina o que a sociedade não quer ver, ser o depósito do que a sociedade expurga. Daí, mais à frente dizer que o anistiado político é visto pelo resto da sociedade como um comunista e “comunista é um bicho desprezível”. A pecha de comunista, que ainda hoje rende preconceito, foi um estigma de todo anistiado (à época, subversivo) trazendo consigo uma forte conotação negativa, uma clara tentativa de expurgar um mal presente no outro, por meio da estigmatização, que, segundo Elias e Scotson (2000), associado a um tipo de fantasia coletiva criada pelo grupo dominante, refletindo e justificando o preconceito de seu grupo em relação aos *outsiders*.

Os estabelecidos, *in casu*, os militares que defendem os golpistas e o golpe de 1964, possuíam uma grande margem de poder, uma vez que, com o uso da lei, alijavam os cassados de inúmeros direitos, criando uma figuração de que os cassados são desordeiros, desrespeitam a lei, tendo, para os estabelecidos, segundo o General Flávio, “que haver respeito, disciplina, hierarquia”. Nesse caso, o estigma social imposto pelo grupo social mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar a autoimagem desse último, enfraquecendo-o e desarmando-o. Daí, os cassados dizerem que são desprezíveis perante a sociedade.

A estigmatização pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Contudo, essa relação não é fixa, podendo, a depender do contexto, ser modificada, tão logo diminuem as disparidades de força ou a desigualdade do equilíbrio de poder, pois a relação entre essas identidades se dá, por meio da estruturação (CHOULIARAKI, e FAIRCLOUGH, 1999), em que as estruturas ao determinarem a reprodução de determinadas identidades, também fornecem material, em para a mudança dessas estruturas. Daí, se perceber com clareza que a prática de estigmatizar não é unidirecional, havendo também por parte dos anistiados a tentativa de estigmatização dos

estabelecidos, nomeando-os como “golpistas”², “sucessores dos caras de 1964”³, “torturadores”⁴.

Assim, as ações das Comissões de Anistia e da Verdade representam justamente essa virada de contexto, pois produzem um incômodo, ou mesmo irritação e ira, aos militares estabelecidos ao buscar diminuir os resultados dessas comissões, tratando-as como mentirosas e ideologicamente controladas. Esse aspecto é percebido com o “retorno” das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) de certos grupos à superfície da memória social, passando a discutir e disputar espaço na sociedade, permitindo, nesse novo contexto, a diminuição dos estigmas ante os novos rabiscos das relações de poder que se desenham.

Assim, apenas com o surgimento de um contexto desfavorável os estabelecidos têm a sua identidade questionada e passam a sentir as investidas da identidade dos anistiados. Daí, por que, a simples indagação, ao General Flávio, do grupo estabelecido, sobre o que acha do pedido de explicação do ministro da Defesa ao Exército, se houve tortura e excessos durante o regime de exceção, pode ensejar uma resposta bÍlica, como se o próprio entrevistado as houvesse realizado, ao dizer: “Alegam coisa nenhuma. Que conversa é essa, DOUTOR! Ou vocÊ combate por um ideal ou vocÊ não combate. Conversa é ESSA! BANDO de aproveitadores”. Essas expressões reduzem a realidade, transformando a incerta experiênciA em modelos distorcidos da vida, excluindo os dissensos, manipulando a realidade.

Como assera Fairclough (2003), uma consequênciA do sentido que se atribui às identidades, nos textos, é percebida, nas pressuposições de sentido das representações, em como as pessoas se identificam com o que elas representam. As identidades de cada um desses grupos geram representações sociais distintas sobre os mesmos objetos e

² Fala do Capitão Dimas.

³ Fala do Capitão Alberto.

⁴ Fala do Capitão Dimas.

práticas. Além disso, elas também se relacionam e disputam a hegemonia de suas representações na sociedade, findando, a depender de seu capital simbólico, por determinar o sentido discursivo dominante de conceitos e práticas.

Conhecer o sentido dominante de um instituto jurídico ou político deve passar necessariamente pela determinação dos agentes discursivos. As representações discursivas de cada grupo buscam prevalecer hegemonicamente, impondo como necessária e natural sua visão particular do problema. Deste modo, cada grupo possui visões distintas sobre o que é a anistia, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a tomada de poder pelo movimento civil-militar em 1964, sobre os direitos dos anistiados etc., pois como afirma Tezza, que o excedente de visão do observador reforça com que “cada um de nós, daqui onde estamos, temos sempre apenas um horizonte [...] e só o outro pode nos dar um ambiente, completar o que desgraçadamente falta ao nosso próprio olhar” (TEZZA, 2005, p. 210-211).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos durante esse trabalho o papel da linguagem no processo de identificação social e, por consequência, na construção da categoria social o “outro”. O discurso é orientado pela ideologia para classificar (e excluir) em termos de raça/etnia, gênero/sexualidade, classe, posição/socioeconômico e *in casu* entre militares anistiados e não anistiados.

As classificações informam sobre as mudanças na maneira como grupos são categorizados e identificados. O processo de classificação do outro parte da própria referência identitária, que resulta na exclusão do diferente. Percebemos que, nos textos das entrevistas, a utilização dos termos “nós”, “eles”, “vocês” marcam as identidades, o lugar dos outros e de si, podendo conduzir, ainda, por intermédio da ideologia, à estigmatizações e ao expurgo do outro.

Por certo que essas estigmatizações, além da possível repercussão negativa sobre a autoestima pessoal e social, também evocam nos agentes um interesse por se organizar e mudar a realidade social que os permeia. Os grupos ou atores que se encontram em posição/condição desvalorizada e/ou estigmatizada pela lógica da dominação terminam por elaborar estratégias de resistência e sobrevivência. Por conseguinte, são perceptíveis práticas sociais dos anistiados que acionam o judiciário a fim de ampliar seus direitos e arrefecer os estigmas sociais a que estão submetidos. Cria-se, por meio dessas práticas, redes de apoio às pessoas que se encontram em situação semelhante, possibilitando estratégias de mudança do quadro sócio-político e dos valores identitários.

O surgimento da identidade do anistiado fortaleceu o estabelecimento de novos valores sociais, pois junto a ele surgem normas e instituições que reconhecem sua luta, haja vista o rol de leis que sucedem a lei de 6683/79. Mas a conquista da anistia não encerra sua luta, posto que uma vez inseridos nessa nova identidade, passam a requerer a ampliação de seus direitos a fim de alcançarem o mesmo *status* dos militares que não saíram da caserna. Essa luta por mudança social implica não apenas em aclarar as diferenças discursivas e ideológicas, mas também em tornar as práticas institucionais em um palco de pluralidade. A identidade do anistiado busca redefinir as posições hegemônicas na sociedade, fomentando a ampliação de seus direitos e a pluralidade democrática. Esse movimento altera a agenda política, possibilitando que o anistiado torne a disputar o campo ideológico militar.

A mudança social impõe que as instituições desfaçam as diferenças e os estigmas dos anistiados, fortalecendo políticas que diminuam as diferenças, aproximando, *in casu*, os militares. Deste modo, todas as ações, dentro do Estado, que diminuam as diferenças entre esses grupos devem ser fortalecidas, já as que a ampliam e fomentam estigmatizações devem ser vedadas. Seguindo essa diretriz, a orientação ideológica, por exemplo, das práticas do Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, que reconhece novos direitos e garantias aos anistiados, aproximando-os dos demais militares

deve prosperar. Já o discurso e as práticas decorrentes do Ministério da Defesa devem ser desestimuladas e tidas como ilegais e inconstitucionais, haja vista que reafirmam a discriminação do grupo.



REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e terra, 2002.
- CHOULIARAKI, Lilie e FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- JUNG, Carl Gustav. **Aion**: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LARRAÍN, Jorge. **Identidad chilena**. Santiago de Chile: LOM, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TEZZA, Cristóvão. A construção das vozes no romance. BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2005.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social critica na era dos meios de comunicação. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, David Barbosa de. Marcas textuais e consequências sociais da disputa identitária na anistia política de militares no Brasil. **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 2, p. 98-116, mai./ago. 2016.

Recebido em: 04/08/2016

Aprovado em: 10/08/2016